



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 2/2001 2ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2001 1 de Fevereiro de 2001

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.

Segundo Secretário, Senhor Luís Batista Nunes.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Eduardo Lopes do Pombal, António Andrade Silva, João Vieira, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, a Senhora Vereadora Judite Pinto, os Senhores Vereadores Carlos Silva, Gabriel Oliveira, João Bernardino, Fernando Pereira e Miguel Gabriel.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fazia representar, nos termos da alínea c) nº.1 do Artigo 38º da Lei 169/99, de 19 de Setembro, pelo Senhor Orlando Jorge da Silva.

Verificado o quórum da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que haviam sido recepcionados dois pedidos de substituição de Membros da Assembleia, sendo o primeiro apresentado pelo Senhor Mário Ventura Henriques e o segundo pelo Senhor António Marques Pedrosa, ambos da Bancada da CDU (Documentos anexos à presente Acta).

De seguida, foi chamado para tomar posse o Senhor Mário Miguel Alves dos Santos Rodrigues, suplente da Lista da CDU. Dado não estar presente não foi possível empossá-lo.

Seguidamente, foi chamado para tomar posse o Senhor Vítor Manuel Lopes de Andrade, suplente da Lista da CDU, o qual compareceu (Documento anexo à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

- 1 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea d) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Contracção de Empréstimo no valor de 4.200.000 contos para recuperação do Parque Escolar”*.
- 2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea o) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Quadro de Pessoal - Alteração”*.
- 3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Loteamento do Casal da Boba – Rectificação do Valor de Aquisição dos Fogos, no total de 4.934.819.239\$00”*.
- 4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Projecto de Regulamento Municipal para Transportes em Táxis - Amadora”*.
- 5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 3 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Alteração ao PDM de Regime Simplificado”*.
- 6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Aquisição da Totalidade dos Fogos construídos no lote sito no gaveto da Rua António José de Almeida com a Rua Catarina Eufémia, na Freguesia da Brandoa, bem como as áreas de comércio/serviço(s) ou equipamento(s)”*.
- 7 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea o) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, conjugada com a alínea b) do nº. 2 do Artº. 20º da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Património Cultural – Classificação de Imóveis de Valor Concelhio (Artº. 15º. do Regulamento do PDM)”*.
- 8 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea l) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Escola Intercultural das Profissões da Amadora, EM – Alteração dos Estatutos”*.



RL
Agência

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

9 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea o) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o nº. 4 do Artº. 19º. dos Estatutos da Escola Intercultural das Profissões da Amadora, EM, da deliberação da CMA relativa a *"Alienação até ao limite de 14% da sua participação no Capital Social"*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão e não havendo intervenções, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 26 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

III - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores Jorge Palminha, João Caixinha, Virgílio Antunes, Dinis Veiga e Fernando José.

O Senhor Jorge Palminha, na sua intervenção, falou sobre o Bar Império que está instalado na Urbanização da Cometna e que tem provocado alterações graves na ordem pública, nomeadamente, distúrbios provocados por viaturas e pelas pessoas que frequentam o Bar.

O Senhor João Caixinha, como morador da Freguesia de S. Brás, mostrou a sua preocupação com a instalação da Central de Resíduos Orgânicos nesta freguesia. Disse, que com a extinção da zona verde da Mata da Fonte Seca, em benefício da CRIL e da CREL, a qualidade da vida humana seria prejudicada com a sua extinção.

O Senhor Virgílio Antunes, como morador da A-da-Beja, referiu que as obras de pavimentação que foram feitas, têm deficiências. Por outro lado, com a passagem de veículos pesados naquela zona, e como as ruas são estreitas, disse, que a sua habitação está a ser danificada com os embates provocados por estes veículos.

O Senhor Dinis Veiga, interveio como morador da Freguesia de S. Brás, referindo que antes das obras de construção do jardim nesta zona, existiam lançis e calçada que protegiam as traseiras do prédio onde habita, mas estes deram lugar a tubos de rega, o que prejudica os

moradores do rés-do-chão e da cave. Questionou o que poderia ser feito para melhorar esta situação, pois as obras estão a terminar e a inauguração do jardim está para breve.

O Senhor Fernando José, como morador do Casal de da Mira, apelou para a legalização das habitações existentes. Referiu ter feito um pedido à Câmara, para a colocação de um abrigo para as crianças, mas foram apenas colocados os alicerces e estes foram tapados posteriormente pelo responsável da obra. Disse ainda que, por falta de iluminação na zona, um cidadão tinha sido assaltado, tendo já o vereador do pelouro sido alertado. Quanto à protecção nas zonas escolares disse, que as normas não têm sido respeitadas, pois há escolas que não têm protecções à saída. Mostrou ainda o seu descontentamento em relação a uma construção que está a ser feita na Rua Correia Garção, em que as varandas ultrapassam os postes de electricidade, tendo estes sido arrancados para serem colocados noutro local. Por fim, referiu que deveria haver uma maior sensibilização junto da população, sobre as vantagens e desvantagens da instalação da Central de Resíduos Orgânicos em S. Brás.

Findas as intervenções dos munícipes, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra a Senhor Presidente da Câmara, que começou por referir ter já ouvido falar do Bar Imperium, mas que desconhecia que já estivesse em funcionamento, ou que tivesse licença de utilização. Referindo que iria pedir o processo aos serviços para o poder analisar e saber qual era a sua situação. Quanto à Valorsul, disse que tinha sido feita uma visita à Áustria, para conhecer o tipo de equipamento que iria ser colocado na Amadora. Disse estar a ser elaborado um Plano de Pormenor que visa a Central, e que vai definir qual é a zona e alguns equipamentos que irão ser colocados. Quanto ao seu licenciamento, este será municipal, referindo que se a Câmara votar a instalação daquela unidade, tendo já anteriormente sido assumido o compromisso da instalação, as soluções que forem adjudicadas, a Câmara reservará o licenciamento das obras. Quanto às contrapartidas, disse, que compete ao município e à Câmara Municipal, exigir junto à Valorsul um conjunto de contrapartidas que não tem que ver com questões financeiras, mas sim com questões do ambiente, melhoria de espaços, de equipamentos, etc. Referiu ainda, que era importante para a Amadora a existência de um projecto que esteja candidatado a fundos comunitários e que seja aprovado para que possa ser executado, que tem a ver com a lixeira da Boba, sendo assim vital fazer a selagem e a reconversão do espaço. Salientou que esta obra só será possível, se for aprovado o seu financiamento através de fundos comunitários. Disse ainda que, a solução e a instalação apresentadas, não é de todo do seu agrado, havendo uma divisão entre os municípios em relação a um conjunto de equipamentos, para os quais toda a gente contribui com



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

determinado tipo de lixo, tendo que haver distribuição de equipamentos pelos municípios. Quanto à intervenção do senhor Virgílio Antunes, disse, que lhe tinha chegado uma notificação para a reparação do muro, explicando que cabe à Câmara a reparação do referido muro. (Ruído na gravação). Relativamente à intervenção do senhor Fernando José, disse, que cada entidade tem que assumir a sua responsabilidade e competência, e que existem competências que não cabem às Associações, nomeadamente se a Escola abre ou não por motivos de alguma doença nos alunos. Quanto à construção de um edifício na Rua Correia Garção, disse não concordar com a sua explicação, pois se a obra está a ser feita, é porque a obra tem licenciamento. Relativamente ao abrigo, disse ter já sido feito o pedido para o mudar. Referiu ainda, que em relação à protecção à saída da escola, encontrava-se na Câmara um pedido para a sua colocação, estando já a ser tomadas providências para a sua colocação. Quanto às AUGI'S disse, que tanto ele como o senhor vereador Miguel Gabriel, não têm andando a impedir ou a atrasar processos, tendo em conta a legalização das obras nos bairros, tendo já sido pedidos registos de processos aprovados junto da Conservatória. Salientou que, tem como compromisso os processos, cujas as Associações têm de organizar, estando a Câmara a ajudar estas Associações a nível técnico, sendo posteriormente aprovados os loteamentos e enviados para a Conservatória. Concluiu dizendo que, independentemente do vereador que tem este pelouro, também ele passará a assumir a questão das AUGI'S, sendo assim o primeiro responsável.

De seguida, foi dada a palavra ao senhor vereador Miguel Gabriel, que disse que todas as AUGI'S estavam organizadas, somente quatro é que tinham sido instituídas, e estas não adequam a AUGI. É o caso de Valeja, em que o processo está integrado no Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide, a Rua dos Trabalhadores, porque está toda em m2 e não é AUGI, o Casal de S. Vicente, é considerada zona verde e vai ter de sofrer alguma reestruturação no sentido de ser legalizado e por fim a Brandoa que não pode ser tratada como AUGI, porque é um caso excepcional.

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, pediu para usar da palavra, explicando que a Brandoa nunca foi uma AUGI, estando no PDM como zona urbana, tendo os Planos de Pormenor sido aprovados. Quanto a Valejas, disse, que esta tinha uma parte de terreno que é necessário ceder para fazer a aprovação, tendo já sido aprovado em Câmara e na Assembleia Municipal um Plano de Pormenor de Carnaxide, que irá permitir a desafecção de uma área para poder avançar com o processo. Quanto ao Casal de S. Vicente, disse, que é onde se sente mais dificuldade e é onde vai ser necessário intervir do ponto de vista do mecanismo das

AUGI'S. Concluiu dizendo que, estes casos podem ser resolvidos, os outros têm dificuldades por causa da organização dos processos, estando a Câmara disponível para ajudar as Associações nesta organização, para que os processos possam andar o mais rapidamente possível.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito a Senhora Maria Luísa Jubilado, os Senhores Manuel Jerónimo, António Tremoço de Brito, Amílcar Martins, Manuel Vieira, e António Filipe.

A Senhora Maria Luísa Jubilado, na sua intervenção, falou sobre a Comissão de Apoio de Menores, a qual faz parte como eleita pela Assembleia Municipal da Amadora. Referiu que, esta Comissão é composta por uma Comissão Restrita, em que alguns membros da Assembleia fazem parte. Disse que esta Comissão trabalha em regime de tempo inteiro com disponibilidade 24 horas por dia, sete dias por semana e ao fim-de-semana seria escalado por uma pessoa de prevenção, havendo no entanto um problema, é que o Tribunal fecha aos fins-de-semana e o membro de prevenção seria obrigado a levar o menor para casa, ou para o hospital consoante os casos. Isto sem classificação profissional para tal, em viatura própria, sem qualquer espécie de compensação aos membros nesta situação, desconhecendo que haja qualquer enquadramento legal para esta situação. Referiu ainda, que a Comissão anda numa luta, pois tem falta de técnicos, não existindo fundo maneio, nem senhas de presença nas Comissões. Salientou ainda que, a maioria dos membros são oriundos de Instituições da Administração Local ou Central, e que são cedidos à Comissão, mas a carga horária não é aligeirado, sendo esta situação impossível. Concluiu dizendo que, não está disponível para uma situação destas, podendo apenas fazer parte da Comissão Alargada.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, questionou o Senhor vereador Gabriel Oliveira, sobre o problema de trânsito que se tem vindo a verificar na Rua Camilo Castelo Branco que cruza na Buraca com a Estrada de Circunvalação. Referiu que nesse cruzamento passam todos os dias não só milhares de viaturas, como o autocarro que faz o trajeto Marquês de Pombal - Hospital Amadora / Sintra, havendo muita dificuldade por parte do autocarro de fazer manobras, provocando um grande congestionamento do trânsito neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature and initials.

local. Por fim questionou o senhor vereador, para quando uma rotunda naquele local, visto haver espaço para a construção de uma, evitando assim os problemas de circulação viária naquela zona.

O Senhor António Tremoço, na sua intervenção, começou por lamentar o sucedido na última Sessão da Assembleia, relembrando a todos os Membros que tinham sido eleitos para ouvirem e responderem às intervenções dos munícipes. Pedindo assim, para que houvesse mais calma. Referiu ainda que, tinha entregue um documento à Mesa, a todos os vereadores e a todos os deputados municipais, sobre o problema que se tem vindo a passar na SOREFAME. E o problema é que todos os anos a empresa muda de nome e aos poucos vai-se destruindo uma unidade fabril. Verifica-se ainda a falta de trabalhadores e a não colocação de novos. Salientando que uma das preocupações dos trabalhadores é se aquela empresa vai ser fechada e se vai ser construída naquela zona outra coisa sem ser industrial, mas tal não pode acontecer porque aquela zona é industrial e não urbana. Concluindo assim, que se deve de incentivar a indústria para que se crie e produza mais, pois a SOREFAME é uma marca da indústria no concelho da Amadora. Levantou ainda outro problema, que é o da insegurança na Amadora, nomeadamente na Estação da Reboleira em que durante a noite não há qualquer policiamento no local, sendo aquele um local de risco. Alertando assim, para que se tomem medidas no sentido de tornar a Amadora uma cidade mais segura.

O Senhor Amílcar Martins na sua intervenção, lembrou a intervenção do senhor Caixinha sobre a Central de Valorização Orgânica. Dizendo que também defendia a integração da Central a norte do concelho da Amadora, mas que esta tivesse toda a qualidade, que fosse uma instalação moderna e um equipamento integrado paisagística e urbanisticamente. Contudo, terá de haver equipamentos sociais, desportivos, industriais na ânsia de haver mais e melhor qualidade de vida para os residentes no Casal de S. Brás, Moinhos da Funcheira, Alto dos Moinhos, Casal da Mira, A-Da-Beja, Moinho do Guizo e Casal do Rebentão. Apelou para que todas as Associações assumissem as suas responsabilidades e para que o Senhor Presidente da Câmara saiba conduzir o processo. Referiu que iria haver uma Comissão de Acompanhamento para a instalação do equipamento, caso não haja esta Comissão, ele próprio irá fazê-la. Disse ainda, que se a Valorsul está preocupada em ir à falência com a exploração do equipamento, é porque não há confiança neste, assim não se irá produzir nada, tendo já sido feita uma proposta no sentido de ser a Junta a explorá-la. Mostrou ainda a sua preocupação quanto ao Largo Visconde de Asseca, pois os muros que lá estão, estão envelhecidos, não se sabendo ainda de quem é a responsabilidade de os reconstruir. Esta

situação foi exposta à Câmara, mas ainda não houve qualquer solução para o caso. Questionou ainda o senhor vereador Gabriel Oliveira, quanto aos arruamentos nos Moinhos da Funcheira, havendo uns muito longos, não há estacionamento, há muitos buracos no pavimento e em certas zonas deveriam de ser colocadas lombas, para evitar os acidentes que lá ocorrem. Quanto à iluminação e aos abrigos das paragens, disse que já tinha sido feito um levantamento dos pontos mais carenciados, tendo a Câmara em seu poder os respectivos relatórios. Relativamente às AUGI'S, disse, que os proprietários dos lotes deviam de assumir as responsabilidades de terem construído numa zona ilegal, e que os gestores municipais também são culpados por terem deixado construir casas em zonas que não estavam loteadas, ou que não tivessem licença de loteamento. Referindo que o senhor Presidente da Câmara já se tinha comprometido no sentido de aqueles que pudessem ter um registo provisório, entravam na câmara e posteriormente passavam para os registos da conservatória. Por fim, propôs ao senhor Presidente da Câmara, que a próxima reunião a realizar, se estendesse também a todas as Comissões ou Associações da Administração das AUGI'S, para se acabar com especulações.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por concordar com a intervenção do senhor António Tremoço de Brito, quando este diz que com o encerramento da SOREFAME, é perder um pouco a história da Amadora. Referindo que se tem solicitado a intervenção junto não só do Governo, mas também junto de algumas empresas que têm a possibilidade de dar trabalho à SOREFAME. Algumas dessas intervenções tem tido sucesso e outras não, mas têm sido feitas com a convicção que o trabalho que a SOREFAME executa, executa bem. Competindo ao Governo dar trabalho a empresas nacionais e empresas que sabem fazer o trabalho com perfeição, como é o caso. Concluiu dizendo que, estaria disponível para receber os trabalhadores ou a Comissão, para junto do Governo fazer pressão e alertá-los para situações que possam vir a acontecer na SOREFAME. Quanto à insegurança, disse que é um problema que está a atravessar todos os concelhos da área metropolitana, sendo natural haver preocupação por parte das pessoas. Sugerindo assim, que se fizesse uma reunião com todos os Presidentes de Junta e com o senhor Comandante da PSP, no sentido de se fazer um ponto da situação sobre as questões de insegurança a nível do concelho, para que posteriormente se possa fazer uma reunião com o senhor Ministro da Administração Interna. Referiu, que já tinha pedido uma reunião com o senhor Ministro há mais de quatro meses, mas que até à data não tinha havido qualquer resposta, tendo-lhe sido dito que o senhor Ministro nunca tinha recebido nenhum Presidente de Câmara. Sugeriu ainda que a Comissão de Segurança da Assembleia Municipal, se reunisse com o Comandante da PSP para serem



← Lit
Agueda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

confrontados os relatórios da policia com as situações que se têm vivido no concelho. Relativamente à intervenção do senhor Amílcar Martins, disse que era evidente ter de haver uma Comissão de Acompanhamento, que envolva as Comissões e as Associações, pois é vital para a defesa de todos. Em relação aos arruamentos nos Moinhos da Funcheira, disse que tinha sido um dos compromissos que tinha assumido e que por conseguinte têm de estar concluídos até ao final do mandato. Quanto à Avenida Piteira Santos e à Rua das Flores, sugeriu ao senhor vereador Gabriel Oliveira que fossem colocadas algumas lombas, para evitar que haja mais acidentes. Quanto à iluminação, disse que o senhor vereador tinha um levantamento dos locais para a sua colocação, e que os problemas de iluminação têm estado a ser resolvidos. Relativamente aos abrigos das paragens, referiu que está previsto ir à Câmara um concurso de mobiliário urbano. O concurso internacional já foi feito e a Comissão tem um relatório que irá ser entregue para que a Câmara faça a análise das propostas, para que seja votada a adjudicação à empresa que tiver melhores condições. Com este concurso, o mobiliário urbano irá melhorar nas diferentes áreas, nomeadamente os abrigos, pois não há no momento abrigos para colocar. Quanto às AUGI'S, disse, que irá ser feita uma reunião com todas as Comissões onde existem obras, para o problema ficar resolvido. Assim, foi imputado a alguns técnicos a responsabilidade de passarem a ter como prioridade do seu trabalho, a questão das AUGI'S.

De seguida, foi dada à palavra a senhora vereadora Judite Esteves Pinto, que começou por explicar que a Comissão de Protecção de Menores da Amadora, encontrava-se numa fase de transição, entre um modelo que já estava esgotado, onde tinha assento um conjunto de instituições que disponibilizavam os seus representantes para a Comissão. Os membros dessa Comissão eram sobrecarregados com processos para analisar. A nova Lei pretendeu mudar a situação com a criação de uma Comissão Alargada e uma Comissão Restrita. A Comissão Restrita é constituída por um conjunto de representantes, entre os quais da Assembleia Municipal. Estes deverão de ter assento em tempo completo, pois a Comissão decidiu que deveria de funcionar a tempo completo. Disse ainda, que tinha sugerido que entre as quatro representantes da Comissão, pudessem entre elas fazer trabalho rotativo, na medida das suas disponibilidades. Referiu ainda, que a Comissão deve de trabalhar vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, porque a Lei assim o refere, mas depois do horário normal de trabalho e em dias de descanso semanal e complementar, não é preciso uma presença efectiva, mas é preciso que exista um contacto. O contacto deverá de recair num representante da Administração Central. Explicou ainda que, junto da Comissão Nacional, foi sugerida uma determinada compensação na medida em que a disponibilidade dos representantes afecta a sua

vida normal. Quanto à falta de técnicos explicou que não sabe como é que as instituições sem fins lucrativos, vão aceitar a necessidade de disponibilizarem um técnico dos seus, para o funcionamento da Comissão. Referiu ainda que a Comissão de Protecção de Menores da Amadora gere cerca de duzentos processos por ano e irá funcionar em regime de modalidade a tempo completo, precisando assim de recursos técnicos para poder dar uma resposta atempada. Quanto ao fundo maneio, explicou que o fundo existe no valor de trinta mil escudos e que quem tem de o assegurar é a Segurança Social.

Foi dada a palavra ao senhor vereador Gabriel Oliveira, que começou por dizer que na Buraca está a ser construída uma rotunda que irá resolver os problemas de acesso à Buraca / Lisboa. Quanto à Rua Camilo Castelo Branco, disse que o processo está com o Dr. João Alves da Silva, pois o terreno é privado, estando a ser analisado a nível jurídico para que haja uma resolução para o caso. Quanto aos arruamentos nos Moinhos da Funcheira, disse que iriam ser brevemente realizados através da JDL, estando apenas à espera que as condições climatéricas melhorem para que se procedam os trabalhos.

Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor Manuel Vieira, começou por falar na Central de Valorização Orgânica. Na sua opinião, a Câmara da Amadora e no âmbito do Plano Director que se fez para os resíduos sólidos, o equipamento que irá ser instalado, neste caso a central, é o equipamento mais equilibrado e não trará inconvenientes para a população e para o ambiente. (Por deficiência da cassette não é possível transcrever o resto da intervenção).

(Por deficiência da cassette não é possível transcrever a intervenção do Senhor António Filipe).

VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea d) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Contracção de Empréstimo no valor de 4.200.000 contos para recuperação do Parque Escolar”*.

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os senhores Manuel Vieira e António Alves Nunes.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 32 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a “*Quadro de Pessoal - Alteração*”.

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Vieira e Manuel Frade.

Findas as intervenções e não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 9 abstenções. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a ***“Loteamento do Casal da Boba – Rectificação do Valor de Aquisição dos Fogos, no total de 4.934.819.239\$00”***.

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão deste ponto, tendo-se inscrito o Senhor António Tremoço de Brito.

O Senhor António Tremoço de Brito, na sua intervenção, disse ir votar favoravelmente a proposta.

Finda a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 37 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a ***“Projecto de Regulamento Municipal para Transportes em Táxis - Amadora”***.

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, o que declinou.



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão deste ponto e não havendo inscrições, colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, com 38 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 3 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a ***“Alteração ao PDM de Regime Simplificado”***.

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Urbanismo havia reunido para emitir Parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, o que declinou.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão deste ponto e não havendo inscrições, colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, com 36 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a ***“Aquisição da Totalidade dos Fogos construídos no lote sito no gaveto da Rua António José de Almeida com a Rua Catarina Eufémia, na Freguesia da Brandoa, bem como as áreas de comércio/serviço(s) ou equipamento(s).***

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Luís Francisco, Armando Paulino, Manuel Vieira.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 34 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

7 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea o) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, conjugada com a alínea b) do nº. 2 do Artº. 20º da Lei nº. 159/99, de 14 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Património Cultural – Classificação de Imóveis de Valor Concelhio (Artº. 15º. do Regulamento do PDM)”*.

O Senhor Presidente informou, que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto havia reunido para emitir Parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

Neste momento, e face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Primeiro Secretário assumiu a direcção dos trabalhos, tendo declarado abertas as inscrições para a discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Ricardo Faria e Vítor Andrade.

O Senhor Presidente da Assembleia reassumiu a presidência da Mesa da Assembleia.

O Senhor Vítor Andrade, na sua intervenção, declarou que iria votar favoravelmente a proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 32 votos a favor. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

8 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea 1) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Escola Intercultural das Profissões da Amadora, EM – Alteração dos Estatutos”*.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs ao Plenário, que a proposta do ponto 8 e a proposta do ponto 9 da Ordem do Dia fossem discutidos em simultâneo, dado que a proposta do ponto 8 inclui a proposta do ponto 9. O Plenário concordou que as propostas fossem discutidas em simultâneo.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir Parecer sobre ambas as propostas, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. Informou igualmente, que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto havia reunido para emitir parecer sobre a proposta do ponto 8, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documentos anexos à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal das propostas, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão destes pontos, tendo-se inscrito os Senhores António Filipe, Maria Luísa Claro, António Nunes, António Frade, José Teodoro, José Leal e Manuel Vieira.

Foi entregue à Mesa um Requerimento da bancada da CDU pelo Senhor António Filipe, o qual foi lido. (Documento anexo à presente Acta).

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 10 abstenções. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

9 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o n.º 4 do Art.º 19.º dos Estatutos da Escola Intercultural das Profissões da Amadora, EM, da deliberação da CMA relativa a *“Alienação até ao limite de 14% da sua participação no Capital Social”*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 10 abstenções. (Documento anexo à presente Acta.)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa das Deliberações, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação das minutas, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade dos 33 Membros presentes.

Finda a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada às 01.20 horas.

